

Dossiê: Gênero, Sexualidades e Ensino de História

Anderson Ferrari¹

<https://orcid.org/0000-0002-5681-0753>

Denize Sepulveda²

<https://orcid.org/0000-0001-9049-5200>

Apresentação

A proposta deste dossiê nasceu da nossa intenção de estabelecer relações entre duas áreas de conhecimento: Gênero e Sexualidades e o Ensino de História. Duas áreas que buscam problematizar os saberes nas suas constituições e efeitos nos sujeitos. Neste sentido, esse dossiê não tem (e não teve) a presunção de esgotar as discussões que possibilitam os encontros entre essas duas áreas, muito pelo contrário, nosso desejo é dar visibilidade e potencializar as investigações que vêm sendo construídas entre as relações de gênero e sexualidade no Ensino de História.

Podemos dizer que as discussões de gênero e sexualidade na História já estão consolidadas, com diferentes interesses de pesquisas. Da mesma forma, podemos afirmar que a perspectiva histórica de investigação também tem marcado o campo das relações de gênero e sexualidade, resultado da influência dos estudos foucaultianos. Essas constatações nos conduzem a pensar como essas interfaces se organizam quando a questão é pensar gênero e sexualidade no Ensino de História, apostando que as pesquisas advindas desses encontros permitem ampliar os olhares sobre o espaço da sala de aula, os saberes históricos, os currículos praticados no cotidiano das escolas, os materiais e recursos didáticos, a inserção de novas personagens na História, a relação professor-aluno, os diálogos estabelecidos com os movimentos LGBTQTTIA+, o contexto político atual, a formação docente, enfim, um conjunto de perspectivas e questionamentos que nos convidam a colocar sob suspeita nossas formas de pensar e agir, nos convocando para novas maneiras de leituras sobre as relações de gênero e sexualidade, assim como sobre o Ensino de História.

Na atualidade, o campo do Gênero e Sexualidade, assim como o Ensino de História vem sofrendo constantes ataques e tentativa de silenciamento por parte de uma rede político-conservadora-religiosa que busca intervir nos currículos, regular a ação dos professores e professoras na sala de aula em todos os níveis de ensino, na liberdade de cátedra, na laicidade do

¹ Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora/MG. Brasil.

² Professora Adjunta 4 da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) na Faculdade de Formação de Professores (FFP). São Gonçalo/RJ. Brasil.

ensino público, na emancipação de alunos e alunas, de tal maneira que propor um dossiê que demonstre essas discussões é afirmar que elas são áreas que privilegiam o estudo, o debate, a crítica e a problematização das disputas e conflitos que estão se organizando na sociedade atual, nos provocando a afirmar essas duas áreas como em constante construção e não algo já dado.

Também se trata de um ato político e posicionamento em favor da pesquisa e da defesa dessas duas áreas do conhecimento, apostando na ampliação do debate e da fundamentação teórica desse dossiê como mecanismo de fortalecimento dos argumentos para os enfrentamentos atuais em defesa da escola pública, laica, democrática, emancipatória, da liberdade e autonomia dos professores e professoras de História e com um ensino comprometido com a problematização do que chamamos de realidade. Por tudo isso, esse dossiê é um convite a pesquisadores e pesquisadoras, professores e professoras, alunos e alunas a problematizarem nossas formas de conhecer. Um dossiê para os sujeitos interessados e interessadas nos encontros entre gênero, sexualidade e Ensino de História, assim como estimulados e estimuladas a conhecer e divulgar as diversas pesquisas e temáticas que estão construindo esses encontros e diferentes perspectivas teórico-metodológicas. Assim, este dossiê contém onze artigos que possuem a centralidade dessa discussão.

O primeiro artigo intitulado “O Ensino de História, a História das Mulheres, os Gêneros e as Sexualidades”, de autoria de Denize Sepulveda e José Antonio Sepulveda, objetiva evidenciar a importância da discussão teórica sobre as histórias das mulheres, dos gêneros e das sexualidades estarem presentes nas licenciaturas em história para auxiliar nas práticas profissionais das futuras professoras e dos futuros professores, já que mesmo estando na segunda década do século XXI, muitos cursos de licenciatura ainda não trabalham com essas temáticas. Os autores argumentam que vários livros didáticos que auxiliam professoras e professores no ensino de história invisibilizam tais questões, o que sinaliza se tratar de um problema para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que valorizem a participação das mulheres ao longo da história, e que estabeleçam discussões sobre as hierarquias de gêneros e das sexualidades.

O segundo artigo denominado “Por um Ensino de História Feminista”, cujos autores são Samara Souza, Bianca Silva e Anderson Ferrari, enfatiza que as feministas foram responsáveis pela construção do conceito de gênero, destacando seu caráter fundamentalmente social e histórico, o que implicou a necessidade de se pensar numa história tanto dos homens quanto das mulheres. Foi como herdeiras dessa contribuição que o artigo teve como proposta um ensino de história feminista, um ensino que, além de incluir novas temáticas, também provoque a reavaliar a escrita da História, assim como as formas de ensinar e aprender. Partindo da inspiração dos escritos de Djamila Ribeiro e bell hooks, o texto faz aproximações entre esses dois campos do conhecimento: as relações de gênero nas perspectivas feministas e o ensino de história, pois trata-se de dois campos que investem no conhecimento como potencialidade de transformação, num entendimento da realidade como resultado de construção e nos sujeitos como fruto de processos educativos.

O terceiro artigo presente neste dossiê tem como título “Os reflexos da heteronormatividade no Ensino de História, de Fábio da Silva Gomes e Maria Angélica Coutinho, e examina como o ensino de História contribui para a reflexão sobre as causas das discriminações e dos preconceitos e seus efeitos nas relações interpessoais. Os autores explanam sobre as

desigualdades no campo dos gêneros e das sexualidades, e argumentam que é proveitoso analisar como o ensino de História e a própria historiografia se relacionam com essas questões. Após a apresentação e discussão de informações relacionadas a essas áreas, envolvendo as questões de gêneros e sexualidades, com base em pesquisa bibliográfica, percebem a forma como a disciplina foi formatada sob os interesses de um Estado heteronormativo, assim como esse padrão impele governos, religiões, parlamentares e até pesquisadores a demonstrarem seus preconceitos, impedindo o livre exercício da ciência, do ensino e da cidadania. O texto fala também da força dos movimentos sociais como indispensável para as conquistas que ocorreram nas duas primeiras décadas do ano 2000 para mulheres e pessoas LGBTI+, entretanto, pondera que nas salas de aula ainda há resistências, alimentadas por governos de todas as esferas, que buscam impedir os esforços em se produzir reflexões acerca da igualdade sexual e de gênero. Portanto, é necessária a defesa de um currículo em que a diversidade, a crítica e as temáticas que discutam todas as formas de discriminações estejam asseguradas.

O quarto artigo denominado “História é o estudo dos corpos em suas ações nos seus *espaçostempos*” foi escrito por três mulheres professoras, Beatriz Martins de Souza, Nivea Maria da Silva Andrade e Eleonora Abad Stefenson, e busca refletir sobre o ensino de História em sua dimensão corporal. As autoras enfatizam que quando uma professora ensina história para um grupo de estudantes, aqueles *espaçostempos* são ocupados pelo corpo da professora, pelos corpos de todas as estudantes e pelos corpos de todas que fazem a história e habitam as narrativas históricas daqueles povos. São muitos corpos que por vezes são entendidos de forma metonímica, como apenas mentes que pensam. E pensam outros corpos tomados apenas como números em estatísticas na narrativa histórica. Buscando romper com esta separação entre mente e corpo, refletindo com estes corpos, seus processos identitários e suas formas de se expressar, este texto traz narrativas sobre os corpos docentes, estudantis e das personagens históricas das aulas. A partir de três narrativas experimentadas pelas professoras/pesquisadoras em suas salas de aula de história, disputam novos sentidos para o ensino de história, apostando em um ensino de histórias no plural, produzido e experimentado por diferentes corpos.

Em seguida o artigo dos autores Márcio Caetano, Rodrigo Vital e Ana Gabriela Vieira, intitulado “Gênero e Diversidade na Educação: a BNCC e o livro didático em Pelotas-RS”, enfatiza que em tempos em que docentes são interpelados por movimentos neoconservadores e que lhes dão a alcunha de doutrinadores, doutrinadoras e “ideologistas” de gênero, as discussões sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas têm sido alvo de fortes críticas advindas de setores fundamentalistas religiosos e/ou morais da sociedade. Ao considerar o cenário descrito e a invisibilidade de minorias sociais na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), este texto tem como objetivo discutir os currículos de História para as séries finais do Ensino Fundamental. Para tanto, se volta à análise crítica dos modos como os conteúdos sobre gênero e sexualidades estão sendo debatidos nos documentos reguladores curriculares com olhos voltados aos conteúdos dos livros didáticos adotados por escolas da rede pública de Pelotas, RS. Ao considerar aos dados, é compreendido que os debates de gênero e sexualidades são trazidos, muitas vezes, de forma a tangenciar o texto principal dos livros, bem como de uma forma pouco imbricada com os conteúdos históricos que são considerados determinantes no desenvolvimento das competências e habilidades que são previstas para a Educação Básica.

O sexto texto presente no dossiê de autoria de Carolina Giovannetti e Shirley Sales, cognominado “Gênero e História das Mulheres: disputas políticas nos currículos”, tem como preocupação o contexto atual de ascensão de grupos reacionários, e traz parte dos resultados de uma pesquisa que investigou o tratamento dado às questões de gênero e à história das mulheres nos documentos curriculares oficiais do Ensino Médio. Para tanto argumenta que esses conteúdos foram negligenciados no material analisado. Uma das explicações para esse fato é a ação de grupos reacionários como o “Escola sem partido” no processo de disputa pelas definições curriculares.

O sétimo artigo “Sexualidades divergentes em contextos indígenas: estratégias para uma abordagem anticolonial”, cujo autor é Estevão Rafael Fernandes, possui o desígnio de oferecer elementos a docentes, pesquisadoras e pesquisadores que os auxiliem a trabalhar as sexualidades divergentes em contextos indígenas educacionais. Dessa forma, apresenta questões-chave para melhor compreender o tema, tais como a denominação, a abordagem e a colonização das sexualidades indígenas no Brasil. Ao final, são apresentados temas-geradores para o desenvolvimento e aprofundamento do problema, à luz de questões que transcendem o universo indígena, mas que dialogam com os processos coloniais.

Como oitavo artigo, o dossiê apresenta “A interface gênero-ensino de História em uma experiência docente na escola”, no qual Natália Mendes propõe explorar experiências com feminismos no ensino de História à luz das interpelações feministas que vêm tensionando os territórios escolares em anos recentes. Como campo empírico, o artigo explora fragmentos da narrativa de uma docente de História do ensino fundamental de uma escola pública da cidade do Rio de Janeiro, quando demandas da diferença que irrompem no cotidiano da sala de aula provocam novos olhares sobre o conteúdo programático da disciplina História. A proposta é atentar para os efeitos destas interpelações feministas nas reconfigurações curriculares na experiência dessa professora, na interface com os debates de gênero produzidos pelos campos teóricos dos feminismos.

As autoras Livia Monteiro (UNIFAL) e Marta Rovai no nono artigo que compõe este dossiê, denominado “Gênero, sexualidades e relações étnico-raciais no Ensino de História: um relato de experiência”, apresentam um relato de experiência, realizado em meados de 2020 e início de 2021, num curso de Licenciatura em História. Com a pandemia da covid-19 e o ensino remoto nas universidades públicas, construíram coletivamente com os e as discentes do curso um Grupo de Trabalho intitulado Gênero, sexualidade e relações étnico-raciais no ensino de História. O resultado foi a produção (e em breve publicação) de um caderno didático sobre a temática voltado para o ensino de História na educação básica. Além do relato dessa experiência, as autoras também falam sobre currículos, ensino de História, História Pública e a inclusão das temáticas de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais como centrais para a formação docente e a promoção de uma educação crítica e emancipadora nos cursos de Licenciatura em História.

O décimo artigo dos autores Miguel Angel Jara e Diego Alfredo Arangue, intitulado “El movimiento por el aborto legal y gratuito en Argentina. Un problema social en clave Histórica”, possui como objetivo compartilhar algumas reflexões em torno dos movimentos de luta pelo aborto legal e gratuito na Argentina, que se configura como o se conhece hoje por Lei N°27.610 de *Interrupción Voluntaria del Embarazo (IVE)*, sustentada, fundamentalmente, por diversos coletivos feministas argentinos, porém, possuindo apoio de outros coletivos internacionais. Os

autores defendem que pensar a nível histórico os problemas sociais é um desafio para o ensino e a aprendizagem das ciências sociais e humanas, para a educação de meninas, jovens e adultas, pois se trata de situações controversas em vários âmbitos e que merecem um tratamento contra hegemônico dos discursos e tratamentos que se realizam nas mídias massivas de comunicação e nas redes sociais.

Para finalizar o dossiê temático o artigo “O(s) corpo(s) na escola: da educação tecnicista a uma prática educativa emancipadora”, de autoria de Teresa Vitoria Alves, Renata Rodrigues Brandão e Juan Leal Garcia, busca apresentar um olhar sobre os corpos nas escolas a partir da história da educação tecnicista presente nos anos 1960 e 1970 no Brasil, discutindo sua permanência e possíveis rupturas. Para isso apresenta o Corfebol como uma prática esportiva escolar emancipatória, que rompe com a lógica sexista que vigora nos espaços escolares e um tácito contrato não formal entre os estudantes divididos em grupos de meninos e meninas que reproduz e reflete relações de poder presentes na sociedade. Os autores questionam, por que as quadras esportivas escolares são ocupadas predominantemente por estudantes do sexo/gênero masculino? De que modo, a Educação Física escolar contribui para a reprodução do sistema sexo/gênero e as hierarquizações sociais e violências que dele decorrem? E quais são as possibilidades de mudança desse olhar binário e heteronormativo para o ambiente escolar e sua quadra esportiva? Para responder essas questões trazem para o debate o pensamento de Michel Foucault e Judith Butler e dialogam com a historiografia da educação tecnicista, analisando algumas imagens presentes no acervo escolar da Escola Municipal Orsina da Fonseca.

Portanto, convidamos a todas as pessoas que pesquisam ou se interessam sobre os estudos dos gêneros, das sexualidades e do ensino de história que mergulhem na leitura dos artigos aqui presentes, pois nos fazem questionar e perceber questões importantes para nossas reflexões e práticas docentes!...